

ARTIGO ORIGINAL

Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: reflexões teóricas e desafios presentes

Jane Schumacher

Universidade Federal de
Santa Maria, Brasil
jane.schumacher@ufsm.br

Rakeli Silva da Costa

Universidade Federal de
Santa Maria, Brasil
rakel.costa@acad.ufsm.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo entender como se constitui a rede institucionalizada em que crianças e jovens estão inseridos, retratando as suas vivências. Para o referencial teórico foram usados os princípios legais da Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e Adolescente (1990). A metodologia utilizada no estudo é caracterizada como qualitativa baseada em Minayo (1994) e de revisão bibliográfica de acordo com Gil (2010), utilizando como descritores: **instituição de acolhimento, crianças e adolescentes**. O estudo incluiu publicações produzidas no período de 2021 a 2022, filtrados através de uma análise dos títulos e resumos, por fim resultou em 13 arquivos relevantes utilizados no presente estudo. Entre os resultados, podemos afirmar, que os autores desenvolvem abordagens que auxiliam na prática de acolhimento e analisam como as rupturas dos laços familiares afetam o processo de adaptação aos ambientes institucionalizados. Conclui-se que o processo educativo não deve ser visto como coadjuvante no acolhimento e deve funcionar como potencializador da garantia de direito às crianças e aos adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições de Acolhimento; Crianças; Adolescentes; Educação.

RECEBIDO EM 12/04/2023
ACEITO EM 24/07/2023



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Atención institucional a Niños y Adolescentes: reflexiones teóricas y desafíos actuales

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo entender cómo se constituye la red institucionalizada en la que están insertos los niños y jóvenes, retratando sus vivencias. Para el referencial teórico se utilizaron los principios legales de la Constitución Federal (1988) y el Estatuto de la Niñez y la Adolescencia (1990). La metodología utilizada en el estudio es de carácter cualitativo basada en Minayo (1994) y revisión bibliográfica según Gil (2010), utilizando como descriptores: institución de acogida, niños y adolescentes. El estudio incluyó publicaciones producidas en el período de 2021 a 2022, filtradas a través de un análisis de títulos y resúmenes, resultando finalmente en 13 archivos relevantes utilizados en el presente estudio. Entre los resultados, podemos afirmar que los autores desarrollan enfoques que ayudan en la práctica de acogida y analizan cómo las rupturas de los lazos familiares afectan el proceso de adaptación a los ambientes institucionalizados. Se concluye que el proceso educativo no debe ser visto como coadyuvante en el acogimiento y debe funcionar como potenciador de la garantía del derecho de los niños y adolescentes.

PALABRAS CLAVE: Instituciones Anfitrionas; Niños; Adolescentes; Educación.

Institutional Care for Children and Adolescents: theoretical reflections and present challenges

ABSTRACT

The present article aims to understand the institutionalized network in which children and young people are inserted, portraying their experiences. The theoretical framework used the legal principles of the Federal Constitution (1988) and the Statute of the Child and Adolescent (1990). The methodology employed in the study is characterized as qualitative, based on Minayo (1994) and bibliographic review according to Gil (2010), using descriptors such as shelter institution, children, and adolescents. The study included publications produced from 2021 to 2022, filtered through an analysis of titles and abstracts, resulting in 13 relevant files used in this study. Among the results, it can be affirmed that the authors develop approaches that assist in the practice of shelter and analyze how the disruptions of family ties affect the process of adaptation to institutionalized environments. It is concluded that the educational process should not be seen as a mere accessory in sheltering and should function as an enhancer of ensuring the rights of children and adolescents.

KEYWORDS: Host Institutions; Children; Teenagers; Education.

1 INTRODUÇÃO

A institucionalização é compreendida como medida de proteção provisória e excepcional estabelecida no ECA (BRASIL, 1990). Prevendo o afastamento familiar e acolhimento em entidades institucionais nos casos em que são ameaçados ou violados os direitos das crianças e adolescentes, sendo garantido o seu direito à proteção integral, medida que é aplicada transitoriamente visando à reintegração familiar ou colocação em família substituta (ECA, 2009).

O trabalho aqui apresentado é um recorte de uma investigação realizada no trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria-RS, tendo como objetivo analisar o Processo de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, do ponto de vista da produção científica, possibilitando refletir sobre os aspectos legais, conhecer a produção teórica através da busca na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apontando os aspectos educativos envolvidos no processo de acolhimento de crianças e adolescentes.

O intuito é embasar o tema por meio de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de aprofundar e entender as leis e normas que amparam o acolhimento institucional e como a área da Pedagogia pode contribuir nesse processo inserida em lares de acolhimento. Alguns instrumentos que auxiliaram na compreensão e análise das informações foram: O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), funcionalidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), as Leis que garantem o processo de acolhimento e amparo das crianças e adolescentes institucionalizadas, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), que incorpora o processo educativo como um aliado no acolhimento, também nos ambientes escolares e ou sociais.

O trabalho está dividido em cinco partes, iniciando pela introdução, seguindo pela análise das leis, normas e funcionamento dos lares de acolhimento e políticas de assistência às crianças. O terceiro capítulo aprofunda como a pedagogia pode

contribuir para a formação de crianças em lares. O quarto capítulo descreve a metodologia utilizada no trabalho, se tratando de uma revisão bibliográfica dos anos de 2021 e 2022.

O quinto capítulo trata-se das reflexões acerca dos artigos encontrados. A última parte do trabalho são as considerações finais.

2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Em 1990 ocorreu a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que crianças e adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento. O ECA prevê que quando a criança ou o adolescente estiver em situação de risco (Art. 98), o juiz da infância e juventude poderá determinar medidas protetivas que estão elencadas no (Art. 101). Uma dessas medidas é o chamado acolhimento institucional (Art. 101, VII). O tempo máximo de permanência em serviço de acolhimento passa a ser de 18 meses. Antes esse período era de 2 anos.

Os serviços de acolhimento oferecidos são divididos em quatro tipos: Abrigos Institucionais; Casas-Lares; Famílias Acolhedoras e Repúblicas (BRASIL, 2009). Os Abrigos Institucionais são os serviços que oferecem o acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade o encaminhamento para a família substituta (BRASIL, 2009).

As Casas-Lares são unidades residenciais, em que um cuidador precisa residir e ter uma renda mensal, assim prestar serviços a grupos de crianças e ou adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva do abrigo (ECA, Art. 101). Esses ambientes têm o intuito de criar um local mais familiar e promover o

convívio social (BRASIL, 2009). Na cidade de Santa Maria-RS existem duas instituições de acolhimento, a “Aldeia SOS” e “Lar de Mirian Irmã Celita”.

Outra possibilidade de acolhimento é o Serviço de Famílias Acolhedoras, sendo um ambiente temporário para a criança, permitindo que a família de origem se reorganize. Caso isso não aconteça, a criança é encaminhada para adoção. É um serviço particularmente adequado quando a criança ou o adolescente tenha a possibilidade de retorno à sua família de origem (BRASIL, 2009). A Política de Assistência Social traz uma concepção ampla de família, indo além dos laços sanguíneos, compreendendo também relações de afinidade e vizinhança, no intuito de contribuir para abordagens não discriminatórias de quaisquer modelos dessa instituição (BRASIL, 2004).

As Repúblicas são serviços oferecidos de moradia para grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, quando seus vínculos familiares foram rompidos ou extremamente fragilizados. Nesse período o processo é indicado para jovens de 18 a 21 anos, que estão saindo dos lares de acolhimento e precisam de apoio para conquistar a autonomia (BRASIL, 2009).

É necessário destacar o quanto os serviços de acolhimento são importantes. O intuito é proteger crianças e adolescentes enquanto suas famílias adquirem as condições necessárias para oferecer os cuidados devidos. Em muitos casos e somente se isto não for possível, o Poder Judiciário tem o papel de procurar uma família substituta.

O ECA, no seu artigo 19, assegura que é direito da criança e do adolescente ser criado no âmbito de sua família, e, excepcionalmente, em família substituta. O parágrafo 3º deste mesmo artigo indica que a manutenção ou reintegração de crianças e adolescentes à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência (BRASIL, 1990).

Segundo o Artigo 34 do ECA (Lei 8069/90) “a inclusão da criança ou adolescente em programas de Acolhimento Familiar terá preferência a seu acolhimento

institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos da Lei”.

A legislação foi criada e fortalecida para possibilitar os subsídios, sendo assim, a implementação nacional dos programas de acolhimento familiar é cumprida de maneira que as crianças e adolescentes sejam de fato amparados pela Lei. O que prejudica e afasta esses jovens de estarem inseridos novamente em famílias é a dificuldade do processo de adoção.

Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes é fundamental para que logo após o acolhimento seja desenvolvido uma sistemática de acompanhamento familiar, visto que, com o passar do tempo, as chances de reintegração familiar tornam-se mais difíceis. Assim, quanto mais tempo a criança ou adolescente estiver afastada de sua família, mais difícil será a reintegração familiar, pois com o tempo os vínculos enfraquecem.

Quando a família não se reorganiza, inicia-se um processo de destituição do poder familiar e o encaminhamento para adoção. Atualmente, aproximadamente 5.040 crianças e adolescentes acolhidos estão à espera de uma nova família, conforme os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA, 2020).

O Brasil tem hoje mais de 33 mil crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento, a maioria em abrigos (SNA, 2020). Os serviços de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atende famílias e indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos e estejam afastados temporariamente de seu núcleo familiar, com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

Os serviços de acolhimento são realizados em distintas modalidades, voltadas a públicos específicos. Os principais objetivos dos serviços de acolhimento são: acolher e garantir proteção integral; prevenir o agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; restabelecer vínculos familiares; possibilitar a convivência comunitária; promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;

fortalecer a autonomia; promover o acesso a programações culturais, de lazer e esporte (SNA, 2020).

A seguir, o primeiro quadro contém o levantamento do ano de 2020 sobre o panorama de adoção no Brasil e como está sendo dividido: crianças e adolescentes acolhidos, disponíveis para adoção, em processo de adoção e as famílias que são possíveis adotantes.

QUADRO 1 – Panorama da adoção no Brasil.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS	33.969
DISPONÍVEIS PARA ADOÇÃO	5.040
EM PROCESSO DE ADOÇÃO	2.701
POSSÍVEIS ADOTANTES	36.437

Fonte: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, em 10/05/2020.

No quadro número 2, está dividido por idade das crianças e adolescentes que esperam para serem adotados.

QUADRO 2 – Idade das crianças disponíveis para adoção.

MENOS DE 3 ANOS	952
3 A 6 ANOS	719
6 A 9 ANOS	689
9 A 12 ANOS	796
12 A 15 ANOS	979
MAIS DE 15 ANOS	982

Fonte: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, em 10/05/2020.

Os quadros demonstram as fragilidades do sistema de adoção no Brasil. O número de crianças que não estão com suas famílias de origem é aproximadamente 34.000. Existe um grande número de possíveis adotantes, porém os processos de adoção são baixos, demonstrando que uma das dificuldades é o processo legal para a conclusão das possíveis adoções. (SNA, 2020).

O perfil exigido pelos possíveis adotantes, também tem afetado os processos que necessitam seguir em constante movimento. Os possíveis adotantes, preferem escolher bebês, de cor branca, do sexo feminino e que não pertença a grupos de

irmãos. Nesses casos, os trâmites acabam se estendendo, o que compromete e causa a demora na possibilidade de retirar mais crianças e adolescentes do acolhimento. Essa espera pelo perfil “perfeito” diminui as chances de novas famílias serem criadas. (CNJ, 2020).

O número de interessados para adotar é elevado, mas ainda há 5 mil crianças e adolescentes disponíveis. A diferença se deve, principalmente, ao fato de que a grande parte das famílias não desejam adotar adolescentes, que são a maioria dos acolhidos. Neste contexto, das adoções realizadas, a maior taxa foi de crianças com até 3 anos completos, em segundo lugar ficou a faixa etária de 4 até 7 anos completos, em terceiro lugar de 8 a 11 anos e em último os adolescentes. A idade média dos adotados é de 4 anos e 11 meses, sendo que a média dos disponíveis é de 9 anos. (CNJ, 2020).

3 O PAPEL DA PEDAGOGIA NOS LARES DE ACOLHIMENTO

Baseado nas teorias de Vygotsky (1999) e Freire (1994) os pedagogos sejam quaisquer os espaços em que estão inseridos devem ajudar as crianças e adolescentes a construir confiança e entender o mundo por meio do conhecimento. Os espaços institucionais de acolhimento devem estar voltados para a construção do desenvolvimento, levando em consideração os aspectos culturais, sociais e humanos das crianças e adolescentes. Isso faz com que o mesmo procure o seu “eu” e as coisas do ambiente que o cercam. Assim, a educação se torna uma ferramenta para libertação e superação dos problemas (GEHLEN, 2008). Andrade e Morato (2004, p. 352) que “a garantia do espaço de escuta como lugar para a subjetividade na instituição pede, pela transformação de seus participantes, podendo assim, levar a transformações institucionais”.

A educação nas instituições de acolhimento deve exercitar a democracia e a cidadania, enquanto direito social, através da apropriação e produção dos conhe-

cimentos (SILVA, 1999). Para tanto, faz-se necessário a busca de uma sociedade isenta de seletividade e discriminação, libertadora, crítica, reflexiva e dinâmica, no qual homens e mulheres sejam sujeitos da sua própria história.

Ressalta-se então que a missão educativa nas instituições é promover o pleno desenvolvimento, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

Segundo a LDB, no Art. 2º “O pleno desenvolvimento significa cuidar, não apenas da tarefa de ensinar, mas de dar conta de muitas outras dimensões que fazem de cada pessoa um ser humano perfeito, completo e feliz (BRASIL, 1996). Portanto, trabalhar pelo viés educativo é possibilitar que as crianças e adolescentes formem conceitos que ajudam a guiar as suas vivências e ver esperança para o futuro.

No entendimento a este contexto, trago a contribuição de Barbosa e Horn que afirmam que:

A pedagogia de projetos vê a criança como um ser capaz, competente, com um imenso potencial e desejo de crescer. Alguém que se interessa, pensa, duvida, procura soluções, tenta outra vez, quer compreender o mundo a sua volta, alguém aberto ao novo e ao diferente. Para as crianças a metodologia de projetos oferece o papel de protagonistas das suas aprendizagens, de aprender em sala de aula, para além dos conteúdos, os diversos procedimentos de pesquisa, organização e expressão dos conhecimentos. (2008, p.87).

Sendo assim, quando falamos em intervenções educacionais e redes de acolhimento, falamos em alternativas para alcançar uma aprendizagem mais significativa e nesta questão, devem ser observados quais serão os tipos de ações que devem ser trabalhados de maneira que se alcance os respectivos objetivos, que são melhorar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças e jovens na sociedade.

O Projeto “Esperançando”, vinculado ao Observatório de Direitos Humanos da UFSM e Pró Reitoria de Extensão, é uma ação que trabalha em um eixo educacional dentro das instituições de acolhimento da cidade de Santa Maria-RS

A proposta do projeto é auxiliar adolescentes e jovens na transição para a vida pós-acolhimento institucional, com mais preparo e autonomia, oferecendo capacitações profissionais e colocação no mundo do trabalho.

As ações definidas no projeto esperançando estão divididas em 4 eixos: Renda para auxiliar na inserção ao mercado de trabalho; Educação com qualificações pessoais e profissionais, cursos e ações de intervenções dentro dos planejamentos educacionais; Cidadania com rodas de conversa e oficinas virtuais, focando em temas interessantes e voltados ao olhar sobre o mundo; e Moradia com o plano de implantação de uma República em Santa Maria.

O trabalho em equipe é um dos pontos-chaves dentro do processo com esses sujeitos, buscando colocar os acolhidos como protagonistas de suas atividades, dos seus pequenos avanços dentro desses momentos em que vivem no Projeto “Esperançando”.

Nesses espaços, antes de pensar no conhecimento que precisa ser explorado, deve estar entrelaçado com a potência do viver dos indivíduos envolvidos, existindo a possibilidade de serem jovens mais sensíveis, com percepções do ser humano diferenciado, e na convivência preservar os afetos que são criados nos encontros.

Diante disso, Piaget (1996) diz:

Nenhum conhecimento, mesmo que puramente através da percepção, não é simples cópia do real ou se encontra totalmente determinado pela mente do indivíduo. É o produto de uma interação entre o sujeito e o objeto, é a interação provocada pelas atitudes espontâneas do organismo e pelos estímulos externos. E esse conhecimento é, portanto, aprendizagem, fruto de uma relação que nunca tem um sentido só, é o resultado dessa interação. E a afetividade é a energia que move as ações humanas, sem ela não há interesse e não há motivação para a aprendizagem (p. 45).

Portanto é necessário traduzir o que é pedagógico dentro das instituições de acolhimento, focando nas necessidades de cada indivíduo que vive nesse ambiente, é através desse envolvimento que eles irão criar as suas opiniões e reflexões próprias.

Atuar em instituições requer comprometimento e o profissional deve se colocar como orientador, numa posição de conforto e escuta, promovendo uma educação de qualidade, vendo as crianças e jovens como indivíduos ativos frente aos processos estabelecidos.

Nessa construção, o apoio pedagógico se torna um instrumento para as crianças e adolescentes melhorarem sua aprendizagem, permitindo que ele conheça e entenda outros tipos de conhecimentos e com isso, possibilitar mais segurança para jovens que têm dificuldades nas questões educacionais, ou do seu dia-a-dia (SAMPAIO, 2014).

Marturano e Parreira (1996) compreendem a existência de uma relação entre baixo rendimento escolar com problemas emocionais e comportamentais. Esses problemas decorrem de dificuldades escolares ou podem ser precedidos pelos indivíduos. Com isso, as dificuldades em seu processo de estruturação em meio a sociedade tendem a se agravar. Assim os projetos educacionais se tornam ferramentas que facilitam a reinserção dos acolhidos na sociedade.

4 METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado por uma metodologia qualitativa baseada em Minayo (1994), que compõem questões particulares, de uma realidade que não pode ser medida. Partindo de uma revisão bibliográfica que de acordo com Gil (2010) é desenvolvida com base em material já elaborado.

Para o processo de seleção das produções científicas, foram utilizadas as bases de dados da própria plataforma CAPES, utilizando como descritores: **instituição de acolhimento, crianças e adolescentes**. O estudo incluiu publicações produzidas no período de 2021 a 2022, filtrados através de uma análise dos títulos e resumos, por fim resultou em 13 arquivos relevantes utilizados no presente estudo.

Dando continuidade à pesquisa realizada, a seguir foram elaborados dois quadros, com 11 produções do ano de 2021 e de 2022 com duas pesquisas mais recentes. No decorrer desta elaboração os quadros foram divididos em 4 partes de pesquisa, sendo elas, o título do artigo, os autores, o objetivo específico e as suas conclusões referentes ao acolhimento institucionalizado.

5 TRABALHOS TEÓRICOS SOBRE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: BREVE REFLEXÕES

Nessa etapa, serão apresentados os achados sobre o acolhimento institucionalizado, a realidade das crianças e adolescentes, as reflexões dos autores sobre as leis que amparam os lares de acolhimento e a análise dos serviços de institucionalização.

QUADRO 3 – Artigos da Plataforma CAPES do ano de 2021.

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO GERAL	CONCLUSÃO
Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua.	Couto; Rizzini.	Analisar os resultados de uma pesquisa realizada junto a crianças e adolescentes em instituições de acolhimento com trajetória de vida nas ruas.	Propor que as crianças e adolescentes possam exercer as suas participações, propondo atividades alinhadas aos seus interesses, discutindo os seus comportamentos e de seus pares e sugerindo rotinas e regras de convivência para a instituição.
Habilidades sociais e acadêmicas de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento.	Silva; Pereira; Donatto.	Comparar, problemas de comportamento e desempenho escolar entre crianças/adolescentes com e sem histórico de acolhimento institucional.	Os dados sugerem a importância de se atuar nas escolas, junto a educadores, em prol de uma postura mais inclusiva em relação às crianças adotadas ou que vivenciam a experiência de acolhimento.

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO GERAL	CONCLUSÃO
Pressupostos para a escuta psicanalítica em instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.	Souza; Kyrillos; Calzavara.	Elaborar uma reflexão da psicanálise e das crianças em instituições de acolhimento.	Crianças e jovens, inseridos no contexto de lares de acolhimento, correm o risco de se alienar pela forma como a institucionalização é tratada, seja por intermédio de falas críticas ou por uma impotência diante da recusa do acolhimento.
Instituições de acolhimento em observância do princípio da excepcionalidade	Trombetta; Virgolin; Neubauer, Steigleder; Veiga; Linck.	Criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) com o objetivo de evitar que os direitos das crianças e adolescentes sejam violados.	Ocorre a inobservância aos direitos fundamentais da criança/adolescente e dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade.
Sob um olhar crítico: o acolhimento institucional da criança e do adolescente indígena.	Duarte; Monteiro; Cardoso Squeff; Tatiana De A. F. R.	Apresentar o instituto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes indígenas em situações de risco e vulnerabilidade social.	Conclui-se que é evidente a existência de violações às legislações que protegem as crianças e adolescentes, bem como às normas que resguardam a cultura indígena no Brasil, resultando na anulação cultural desses povos no país.
Programa em práticas educativas positivas para educadores sociais de instituições de acolhimento: Estudo de viabilidade.	Wendt; Dell'; Dalbosco.	Avaliar a viabilidade do Programa Cuida, programa em práticas educativas positivas destinado a educadores sociais de instituições de acolhimento.	Este estudo demonstra a viabilidade da proposta de intervenção para que siga para estudo de eficácia.

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO GERAL	CONCLUSÃO
Ateliê Lúdico e Expressivo: Considerações sobre o Brincar com Crianças Acolhidas.	Souza; Altoé; Pacheco	Refletir sobre o brincar relacionado a um dispositivo clínico institucional, denominado Ateliê Lúdico e Expressivo.	Questões sobre as possíveis repercussões emocionais da separação da criança de sua mãe e algumas dificuldades que se colocam na aplicação dessa medida protetiva de abrigamento.
Desafios da prática de estágio em psicologia no acolhimento institucional.	Siqueira; Faraj; Kemerich, Carmo; Silva; Giacomelli.	Problematizar os desafios dessa medida de proteção e apontar possibilidades para garantir os direitos da população infanto-juvenil nos 30 anos do ECA.	Conclui-se que o esforço para a efetivação do ECA deve ser tarefa constante, sendo potencializada com a relação acolhimento universidade.
Cultura de institucionalização de crianças e adolescentes: Um problema para a psicologia.	Furlan; Lima.	Este ensaio traz para a pauta da Psicologia a problemática acerca da cultura da institucionalização de crianças e adolescentes.	Tem caracterizado as instituições de acolhimento como um locus da exclusão social e dado manutenção a uma cultura de institucionalização dos tidos “desajustados”.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As autoras Couto e Rizzini (2020) concluem que uma das estratégias possíveis é a construção de espaços de escuta e de soluções coletivas, já previstos nas orientações técnicas para o serviço (CONANDA; CNAS, 2009). Propondo que nesses espaços, as crianças e adolescentes possam exercer as suas participações, realizando atividades alinhadas aos seus interesses, discutindo os seus comportamentos e de seus pares e sugerindo rotinas e regras de convivência para a instituição.

A seguir no trabalho dos autores Silva, Pereira e Donatto (2021), os dados sugeridos indicam a importância de se atuar nas escolas, em conjunto a educadores, em prol de uma postura mais inclusiva, para melhorar as relações das crianças adotadas ou que vivenciam a experiência de acolhimento. Essas reflexões servem para todos os servidores que convivem em ambientes educacionais, respeitando-os e impulsionando-os ao seu crescimento.

Na pesquisa voltada para a psicanálise as autoras Souza, Kyrillos e Calzavara (2020), crianças e jovens, inseridos no contexto de lares de acolhimento, correm o risco de se alienar pela forma como a institucionalização é tratada, seja por intermédio de falar acrílicas ou por uma impotência diante da recusa do acolhimento.

No quarto trabalho, os autores Trombetta, Virgolin, Neubauer, Steigleder, Veiga e Linck (2021), ampliam a discussão sobre o descumprimento das leis aos direitos fundamentais da criança/adolescente e dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade.

No artigo das autoras Duarte, Monteiro, Cardoso Squeff e Tatiana De A. F. R (2021), evidenciaram a existência de violações às legislações que protegem as crianças e adolescentes, bem como às normas que resguardam a cultura indígena no Brasil, resultando na anulação cultural desses povos no país.

No estudo das autoras Wendt, Dell' e Dalbosco (2021), os dados e a pesquisa demonstraram a viabilidade da proposta de intervenção para que siga para estudo de eficácia, propondo práticas educativas positivas para educadores sociais de instituições de acolhimento.

Nesse artigo os autores Souza, Altoé e Pacheco (2021), questionam sobre as possíveis repercussões emocionais da separação da criança de sua mãe e algumas dificuldades que se colocam na aplicação dessa medida protetiva de abrigo.

No trabalho das autoras Siqueira, Faraj, Kemerich Carmo Silva e Giacomelli (2021), o destaque foi para as ações em rede, que podem possibilitar a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes propostos no ECA. A legislação é baseada na criança e ao adolescente, buscando garantir os seus direitos, no entanto é

preciso avançar na efetivação destes direitos por meio de um olhar perante todos os níveis da sociedade.

Na pesquisa dos autores Furlan; Lima (2021), as características das instituições de acolhimento são referidas como um “lócus da exclusão social” induzindo a uma cultura de institucionalização dos tidos “desajustados” pela forma expressiva dos afastamentos entre filhos e famílias em situação de pobreza.

Frente às pesquisas do ano de 2021, percebe-se que tratando sobre o tema instituições de acolhimento, os autores se dividem em como esses sujeitos estão sendo vistos e tratados dentro dos seus lares institucionais, o outro ponto, é como a exclusão do laço familiar afeta nas relações e motivações dos jovens a socializarem e viverem de forma mais ativa nos seus futuros vínculos.

O foco principal das pesquisas realizadas nos Artigos da Plataforma CAPES do ano de 2021 foi explicitar os direitos fundamentais dessas crianças e jovens amparados, que sejam relevantes para o seu desenvolvimento social e pessoal.

No Quadro 4 encontram-se as informações mais recentes em artigos sobre o acolhimento institucional, sobre as perspectivas atuais dos jovens em lares de acolhimento no Brasil e uma pesquisa voltada para o público feminino que vive nessas realidades.

QUADRO 4 – Artigos da Plataforma CAPES do ano de 2022.

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO GERAL	CONCLUSÃO
Avaliação de uma intervenção analítico – comportamental para meninas em acolhimento institucional.	Valin; Rocha.	O objetivo do presente estudo foi avaliar uma intervenção analítico-comportamental para meninas em acolhimento institucional.	Destaca-se a importância de desenvolver pesquisas direcionadas às especificidades da população feminina que se encontra acolhida em instituições.

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO GERAL	CONCLUSÃO
Estudos sobre desafios atuais e perspectivas para as juventudes brasileiras.	Fávero; Almeida dos Santos; Limana Puiati.	Apresentou estudos diversos sobre as Juventudes, considerada como tema atual e fértil para investigação.	Portanto, as relações políticas e sociais que determinam as formas de atuação dos jovens no mercado de trabalho, precisam ser levadas em conta.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na pesquisa das autoras Valin e Rocha (2022), o foco era destacar a importância de desenvolver pesquisas direcionadas às especificidades da população feminina que se encontra acolhida em instituições, ampliando as vivências e propondo a visibilidade ao tema, para que assim sejam produzidos mais dados baseados nessa proposta.

No último trabalho que compõem essa pesquisa, os autores Fávero, Almeida dos Santos e Limana Puiati (2022), concluem que as relações políticas e sociais, influenciam e determinam o modo de atuação dos jovens ao mercado de trabalho, e por esse motivo precisamos levar em conta as condições que eles estão vivenciando nos ambientes institucionalizados.

Baseado nos dois trabalhos realizados no ano de 2022, percebe-se que as necessidades dos pesquisadores são estar direcionado ao foco do seu tema e também, como a população feminina está nos ambientes de acolhimento e nas relações políticas. Quais foram as influências e vivências das crianças e jovens em espaços e lares de acolhimento.

Podemos ponderar que o processo educativo não deve ser visto como coadjuvante no processo de acolhimento, sendo uma medida prevista no ECA e que deve funcionar como potencializador da garantia de direito às crianças e adolescentes.

Os estudos evidenciam, conforme as pesquisas mencionadas no quarto quadro, que as crianças e adolescentes encontrados sob a tutela institucional necessitam

de acompanhamento educativo, frente a excepcionalidade da situação, onde a educação detém um papel central no combate às vulnerabilidades já vividas.

O contexto geral dos trabalhos aqui estudados, repensa as estratégias, meios e possibilidades para a melhora na qualidade de vida de cada criança e adolescente em situação de acolhimento, seja institucional ou em família acolhedora. O avanço para mais visibilidade sobre o tema, as leis que determinam e auxiliam no desdobramento das adoções, complementam e favorecem para que esses indivíduos não sejam mais esquecidos. O aumento de casais, famílias e pessoas solo, interessadas em adotar também fortalece o cenário, para que as estatísticas a cada ano diminua ainda mais, oportunizando assim, novos laços para cada acolhido à espera de seu lar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ESTUDO SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONALIZADO E A EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e a Nova Lei de Adoção no 12010/2009, determina que é dever do Estado, Família e da Sociedade amparar e auxiliar para que todas as crianças e jovens tenham uma vida digna, baseada em seus direitos fundamentais. Os processos de adoção perante as Leis, precisam estar em harmonia às necessidades dos seus amparados, caso isso não aconteça, o afastamento desses indivíduos é imprescindível.

Os direitos fundamentais para crianças e adolescentes é a reintegração ao seio familiar, promovendo com excelência o seu desenvolvimento integral, com dignidade e políticas públicas que os amparem além da institucionalização, articulando ações que contemplem os processos educativos, saúde e cuidado em todas as instâncias, para que através do acolhimento, o seu retorno a uma família seja de novos recomeços.

Com base nos estudos pesquisados, foi possível compreender como se constitui a rede institucionalizada para crianças e adolescentes em acolhimento e o papel

da pedagogia nessas instituições, demonstrando que é essencial intervenções pedagógicas nesses espaços no intuito de proteger as crianças.

As redes de acolhimento devem criar ações para melhorar a qualidade de vida dos seus amparados, possibilitando rodas de conversa e vivências acolhedoras, serviços e programas para oferecer direitos sociais, enquanto suas famílias adquirem as condições necessárias para oferecer os cuidados devidos. Os trabalhos encontrados na revisão, demonstram que o tema requer aprofundamento e mais estudo, evidenciando que existe a necessidade de ampliarmos a discussão acerca do acolhimento institucional e o olhar da educação nesse processo.

A educação é a base, como expressão e solução. Os programas educativos se tornam peças essenciais para oferecer os direitos fundamentais, como educação, alimentação, saúde, entre outras necessidades básicas, mas é importante lembrar que esses espaços devem contribuir para a retomada da vida social, só através desse cuidado eles iniciaram a sua caminhada fora dos ambientes institucionalizados.

Assim a educação deve ser garantida e concretizada na escolarização como uma possibilidade para a superação das vulnerabilidades. Valorizando o acesso aos direitos básicos, a inserção no mercado de trabalho, melhoria das relações sociais, inclusão da criança ou adolescente em contextos sociais, possibilitando novas vivências, uma formação que o inspire a fazer o que gosta, para um desenvolvimento do ser cidadão sensível e plural.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. N.; MORATO, H. T. P. (2004). Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Estudos de Psicologia**, 9(2), 345-353.
- BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Leis de diretrizes e bases da educação nacional (Art. 2º) TÍTULO II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Brasil. (2009). Nova Lei da Adoção. Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório da consulta pública: metas nacionais 2020**. Brasília: CNJ, [2019].
- COUTO, R.M.B.I.; RIZZINI, I. “Acolhimento Institucional Para Crianças E Adolescentes Em Situação De Rua.” **Textos & Contextos** (Porto Alegre) 20.1 (2021): E39173. DUARTE, J.P.; MONTEIRO, M.A.; SQUEFF, T.A.F.R.C. “Sob Um Olhar Crítico: O Acolhimento Institucional Da Criança E Do Adolescente Indígena.” **Prisma Jurídico** 20.1 (2021): p. 36-56.
- FÁVERO, A.A.; SANTOS, F.A.D.; LIMANA, L.P.P. “Estudos Sobre Desafios Atuais E Perspectivas Para as Juventudes Brasileiras.” **EccoS – Revista Científica** 60 (2022). FRANCISCO, J.C.; LOPES, R.E. “Educação Judiciária Com Adolescentes No Município De São Carlos/SP (Judicial Education with Adolescents in the Municipality of São Carlos/SP).” *Revista Eletrônica De Educação* (São Carlos) 15 (2021).
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**. 5. ed. São Paulo: Olho d’água, 1994.
- FURLAN, V.; LIMA, A.F. “Cultura De Institucionalização De Crianças E Adolescentes: Um Problema Para a Psicologia.” **Revista Psicologia Política** 21.50 (2021): p. 239. GEHLEN, T.S.; MILTON, A.A.; DÉCIO, A.; MARIA, C.P.; OTÁVIO, A.M. Freire e Vigotski no contexto da Educação em Ciências: aproximações e distanciamentos. *Rev. Ensaio*, Belo Horizonte, v.10,n.02, p.279-298, jul-dez, 2008.
- GOMES, J.C.; SILVA, A.P.S.; CORRADI-WEBSTER, C.M. “PORTA GIRATÓRIA NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES USUÁRIOS DE DROGAS: DESAFIOS E MANEJOS.” *Psicologia & Sociedade* 33 (2021): **Psicologia & Sociedade**, 2021, Vol.33.
- HERNÁNDEZ, S.R.; FERNÁNDEZ CALLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. del P. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- MARTURANO, E.M.; PARREIRA, V.L.C. Crianças com queixa de dificuldades escolares: um procedimento para sondagem de problemas de comportamento através do relato das mães. **Psicologia**. 1996.
- MEDEIROS, N.T.; VIRGOLIN, I.C.; NEUBAUER, V.S.; VEIGA, D.J.S.; LINCK, I.M.D. “Instituições De Acolhimento Em Observância Do Princípio Da Excepcionalidade.” **Research, Society and Development** 10.14 (2021).

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: . (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, Brasília: CNAS, Conanda, 2009.

PIAGET, J. **Biologia e conhecimento**. 2ª Ed. Vozes: Petrópolis, 1996.

SILVA, G.F; DHULY S.S; JADILA, T.S.O; SANTOS, K.N.B; OLIVEIRA, K.M.T; PAULO, S.D.S. “Relato De Estudantes Universitários De Enfermagem Sobre a Formação De Competências Em Saúde Coletiva.” **Revista Saúde Em Redes** 7.2 (2021).

SILVA, J.R.L.A; PEREIRA, V.A; DONATTO, M.L. “Habilidades Sociais E Acadêmicas De Crianças E Adolescentes Em Instituições De Acolhimento.” **Psicologia, Ciência e Profissão** 41.Spe4 (2021).

SIQUEIRA, A.C; FARAJ, S.P; KEMERICH, D.S.C; SILVA, A.P; GIACOMELLI, D.P. “Desafios Da Prática De Estágio Em Psicologia No Acolhimento Institucional.” **Estudos Interdisciplinares Em Psicologia** 12.1supl (2021).

SOUZA, F.H.O; ALTOÉ, S; PACHECO, L.F. “Ateliê Lúdico E Expressivo: Considerações Sobre O Brincar com Crianças Acolhidas.” **Estudos E Pesquisas Em Psicologia** 21.4 (2021).

SOUZA, F.M.S; KYRILLOS, N.F; CALZAVARA, M.G.P. “Pressupostos Para a Escuta Psicanalítica Em Instituição De Acolhimento De Crianças E Adolescentes.” **Revista Da SPAGESP** 22.1 (2021): Revista Da SPAGESP, 2021, Vol.22 (1).

SOUZA, J.F.V.D. “Editorial - v. 20, N. 1, Jan./jun. 2021.” **Prisma Jurídico** 20.1 (2021).

TEIXEIRA, S.M; TEIXEIRA, S.M. Fundamentos Teórico-Metodológicos do trabalho social com famílias. In: **Trabalho com família nas políticas sociais**, Teresina. 2017.

VALIN, T.A.F; ROCHA, G.V.M. “Avaliação De Uma Intervenção Analítico – Comportamental Para Meninas Em Acolhimento Institucional.” **Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva** 24 (2022). VYGOTSKY, L. S. (1999). Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

WENDT, B; DELL’AGLIO, D.D. “Programa Em Práticas Educativas Positivas Para Educadores Sociais De Instituições De Acolhimento: Estudo De Viabilidade.” **Research, Society and Development** 10.9 (2021).



Jane Schumacher

Doutora em Educação (2011). Professora do Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (2011).

E-mail: jane.schumacher@ufsm.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0681-0202>

Rakeli Silva da Costa

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (2023). Professora na Educação Infantil. Pesquisadora e voluntária em projetos com temas sobre acolhimento institucional.

E-mail: rakel.costa@acad.ufsm.br

 <https://orcid.org/0009-0003-3824-8984>